

O extermínio da União Patriótica na Colômbia



Vanguardia del Pueblo

Por: Maria Josefina Arce

A União Patriótica nasceu na Colômbia em 1985. Imediatamente depois de sua criação começaria uma longa história de detenções, assassinatos, desaparecimentos e exílio contra os membros desse partido, que congregou a esquerda e organizações sociais e sindicais.

Ao longo de 20 anos, essa organização foi objeto de uma política de extermínio, mas ninguém foi levado aos tribunais nem pagou pelos crimes, embora todos soubessem que por trás havia dirigentes políticos, membros das Forças Armadas e paramilitares, os arquitetos dessa política.

Nesse meio tempo, foram assassinados 9 dos 14 congressistas eleitos em 1986, 11 deputados, 109 vereadores, oito prefeitos, e dois de seus candidatos presidenciais: Jaime Pardo e Bernardo Jaramillo.

Pardo se tornou candidato presidencial em 1986 e nas eleições obteve elevado número de votos. Ficou em terceiro lugar, apesar de ter realizado uma campanha curta e no meio de um ambiente de violência.

Um ano mais tarde foi assassinado. Incomodavam suas denúncias da perigosa aliança que tinha surgido entre a força pública e os grupos paramilitares traficantes de drogas.

Três anos depois, seria Bernardo Jaramillo, também candidato presidencial, vítima da violência política. Um sicário matou o político a tiros no aeroporto de Bogotá, dois meses antes das eleições.

Em 2002, negaram a própria existência jurídica da União Patriótica, foi excluída durante 10 anos do cenário político colombiano, sem levar em conta a terrível perseguição de que era objeto. Doze anos depois, devolveram seus direitos.

Foram duas décadas de guerra suja contra um partido que tinha surgido como mecanismo para promover uma transição no país, no meio do diálogo de paz entre as então guerrilheiras Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o governo do presidente Belisario Betancur.

Agora, em formato virtual, começou a audiência da Corte Inter-Americana de Direitos Humanos em torno de uma ação judicial interposta em dezembro de 1993 contra o Estado colombiano pelo extermínio e violações dos direitos humanos de, ao menos, seis mil membros da organização política.

A ação judicial indica que as vítimas foram estigmatizadas por funcionários públicos, que asseguravam que os simpatizantes da União Patriótica pertenciam a grupos guerrilheiros, que a direita teimava em associar ao tráfico de drogas.

Em 2014, o ministério Público declarou como delitos de lesa humanidade os crimes cometidos contra esse partido, nos quais esteve envolvido o governo de Virgilio Barco, considerado um dos mais sanguinários da Colômbia.

Sem dúvida, uma página triste na história da Colômbia, parece que a história se repete ante o aumento dos assassinatos de líderes sociais, indígenas, ativistas ambientais, defensores dos direitos humanos e ex-guerrilheiros, apesar dos acordos de paz assinados em 2016.

<https://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/247290-o-extermínio-da-uniao-patriotica-na-colombia>



Radio Habana Cuba